

COORDENAÇÃO

**DENISE DE SOUZA LUIZ FRANCOSKI
FERNANDO ANTONIO TASSO**

PREFÁCIO: RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

ASPECTOS PRÁTICOS E TEÓRICOS RELEVANTES NO SETOR PÚBLICO E PRIVADO



LGPD

ADEMIR PICCOLI | ANA FRAZÃO | ANA LUISA TARTER | ANDREA WILLEMIN | BRUNO RICARDO BIONI | CAIO CÉSAR CARVALHO LIMA
CAMILLA DO VALE JIMENE | CECÍLIA ALBERTON COUTINHO SILVA | CÍNTIA ROSA PEREIRA DE LIMA | CLÁUDIO JOSÉ AMANTE | DANIL
DONEDA | DENISE DE SOUZA LUIZ FRANCOSKI | DIEGO MACHADO | FÁBIO LUIZ BARBOZA PEREIRA | FELIPE PALHARES | FERNANDO
ANTONIO TASSO | FERNANDO DA SILVA COMIN | FILIPE HAMILTON ZANI | GERALDA MAGELLA DE FARIA ROSSETTO | GIOVANNI ANDREI
FRANZONI GIL | GIOVANNI MORESCO | GUSTAVO GIL GASIDLA | HENRIQUE FABRETTI MORAES | INGRIDA MITKEVICIENE | LARISSA
LOTUFO | LAURA SCHERTEL MENDES | LUIZA SATO | MAÉVE ROCHA DIEHL | MARCELO CRESPO | MARCEL LEONARDI | MARCELLO
MULLER TEIVE | MARCILIO BRAZ JR. | MARTA JUVINA DE MEDEIROS | MARIANA MARQUES RIELLI | MATHEUS PASSOS SILVA |
MAURÍCIO MARÍNGOLO | MIRIAM WIMMER | MONIKE MARY CLASEN | NÚRIA LÓPEZ | ORLANDO DE OLIVEIRA FURTADO | PATRÍCIA
PECK PINHEIRO | RAIMONDA PECIULIENE | RAMILA ROSSA | RENATA BARRROS SOUTO MAIOR BAIÃO | RENATO LEITE MONTEIRO |
RENATO DPICE BLUM | RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA | ROBERTA VOLPATO HANDOFF | ROBERTA ZUMBlick MARTINS SILVA | ROBERTO
ALTHOFF KONDER BORNHAUSEN | RONY VAINZOF | RUBENS RIHL | SAMARA SCHUCH BUENO | SINIHE CRUZ | TIAGO NEVES FURTADO | WALTER
ARANHA CAPANEMA | VIVIANE NÓBREGA MALDONADO

Veja vídeo de
apresentação da obra



THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

342.721:004.735.5181)

L325p

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais
JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo
MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiárias: Ana Amália Strojnowski, Bárbara Baraldi, Bruna Mestriner e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial
Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourí

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Lucas Kfourí

Líder de Inovações de Conteúdo para Print
CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital
Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica
MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD : aspectos práticos e teóricos relevantes no setor público e privado / Denise de Souza Luiz Francoski, Fernando Antonio Tasso - coordenação. -- 1. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-5614-727-7

1. Direito à privacidade - Brasil 2. Direito de privacidade 3. Direito privado
4. Direito público 5. Proteção de dados - Leis e legislação 6. Proteção de dados pessoais I. Francoski, Denise de Souza Luiz. II. Tasso, Fernando Antonio.

21-59313

CDU-342.721(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Proteção de dados pessoais : **Direito** 342.721(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - **CRB-8/7964**

Prefácio

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), fortemente inspirada na legislação europeia, inova e ao mesmo tempo consolida os parâmetros normativos necessários para proteger a privacidade, a autodeterminação informativa e a intimidade no contexto da nova economia digital. A exploração de dados pessoais, em escala e profundidade crescentes em razão do barateamento e da ubiquidade dos mecanismos e tecnologias de coleta, tratamento e difusão de dados, pode ameaçar a individualidade, a autonomia e o próprio exercício da cidadania. Não é à toa, assim, que a LGPD tem por objetivo “[...] proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural” (art. 1º) e, como fundamentos, não apenas o respeito à privacidade e à autodeterminação informativa, mas também à liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião, assim como aos direitos humanos, aos direitos da personalidade, à inovação tecnológica, à livre-iniciativa, à livre concorrência e à defesa do consumidor (art. 2º).

Todas as formas de tratamento de dados pessoais relativos a pessoas naturais identificadas ou identificáveis (art. 5º, I) são alcançadas pela nova Lei, inclusive aquelas que envolvam dados considerados públicos ou tornados públicos pelos titulares, ficando claro, na primeira hipótese, que “o tratamento de dados pessoais cujo acesso é público deve considerar a finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificaram sua disponibilização” (art. 7º, § 3º), e, na última, que “é dispensada a exigência do consentimento previsto no *caput* deste artigo para os dados tornados manifestamente públicos pelo titular, resguardados os direitos do titular e os princípios previstos nesta Lei” (art. 7º, § 4º).

O alcance e a profundidade das normas veiculadas na LGPD podem constituir um importante contraponto ao capitalismo de vigilância descrito por Shoshana Zuboff (*The Age of Surveillance Capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*) sem comprometer o desenvolvimento econômico e a inovação tecnológica. Mas, para que isso aconteça, é indispensável, obviamente, que a lei seja interpretada e aplicada de modo sistemático, levando em consideração outras fontes normativas que apresentam pontos de intersecção, como a Lei de Acesso à Informação e as normas que disciplinam a segurança da informação, por exemplo. E mais: é necessário que os aplicadores do direito reconheçam os

limites da heterorregulação e abracem entusiasticamente as ferramentas de autorregulação ou correção, assim como a noção de *privacy by design*, tal como previsto na LGPD, sem desprezar eventuais soluções de mercado.

A presente obra coletiva, coordenada pela desembargadora Denise Francoski e pelo juiz Fernando Tasso, experientes magistrados que têm se dedicado à implementação da LGPD no Poder Judiciário, como se evidencia por sua relevante participação no Grupo de Trabalho constituído no Conselho Nacional de Justiça para debater e propor orientações a respeito do tema, reúne trinta e nove artigos divididos em duas seções.

Na primeira parte, devotada à aplicação da LGPD no setor público, discutem-se princípios e conceitos fundamentais da nova Lei, bem como os desafios de sua implementação em entes públicos, seja no Poder Judiciário, seja na Administração Pública. Na segunda, dedicada à implementação da LGPD no setor privado, debatem-se os contornos e os desafios ínsitos à formação de uma nova área do Direito, além de questões específicas, como sua aplicação às relações de trabalho, a gestão do consentimento dos titulares de dados por meio do *blockchain*, a regulação da inteligência artificial, as transferências internacionais de dados, a importância do novo marco legal para incentivo à inovação tecnológica, entre outros temas.

No conjunto, percebe-se aguda preocupação com algumas das mais instigantes questões que afligem os que se debruçam sobre o tema. Em que medida a LGPD se presta a proteger efetivamente a privacidade e os dados pessoais no momento atual, de rápido e incessante desenvolvimento tecnológico? Quais são os direitos e interesses que merecem ser tutelados? Como proteger os dados pessoais e, ao mesmo tempo, assegurar o livre e desimpedido exercício da liberdade acadêmica, da pesquisa científica e da inovação tecnológica? Qual o papel dos tribunais na adjudicação desses direitos? Como deve ser estruturada a autoridade de proteção de dados? Qual o grau de independência de que deve desfrutar? Quais são as sanções adequadas? Como deve ela se relacionar com o Poder Judiciário? Qual a relação entre segurança da informação e proteção de dados pessoais?

Trata-se, enfim, de um expressivo registro das pesquisas e debates mais recentes, de autoria de renomados estudiosos do direito de proteção de dados, todos preocupados em transcender uma abordagem puramente acadêmica, com o intuito de oferecer ao leitor balizas interpretativas para a aplicação efetiva da LGPD.

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva